

# Diário do Legislativo de 28/12/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 290ª Reunião Extraordinária

1.2 - 291ª Reunião Extraordinária

### 2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 5 - ERRATA

## ATAS

### ATA DA 290ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 19/12/2002

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 601/99; aprovação com a Emenda nº 1 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 984/2000; aprovação com a Emenda nº 1 - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 22/2000; encerramento da discussão; aprovação; declaração de voto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 54/2002; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 55/2002; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 54/99; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 199/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 324/99; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.157/2000; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.487/2001; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; encerramento da discussão; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.557/2001; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.591/2001; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.665/2001; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.717, 1.793 e 1.830/2001; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.863/2001; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.897/2001; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.901/2001; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.952/2002; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.953/2002; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.962/2002; aprovação - Suspensão e reabertura da reunião - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Menezes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta

a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser tratada na 1ª Fase.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 601/99, do Deputado Ivo José, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel de sua propriedade nas condições que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 601/99 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 984/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 13.452, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 984/2000 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 10 minutos, para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 22/2000, do Deputado Pastor George, que acrescenta dispositivos ao art. 117 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto, na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprová-la deverão responder "sim", e os que desejarem rejeitá-la deverão responder "não". A Presidência lembra ao Plenário que a matéria será aprovada se obtiver 39 votos favoráveis. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo de votação. Para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Maria Olívia - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 22/2000 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

### Declaração de Voto

O Deputado Pastor George - Agradeço o empenho dos nobres colegas. Esse projeto objetiva criar um programa de preparação para a aposentadoria dos servidores civis do Estado. Trata-se de uma reivindicação antiga de toda a classe, e, com a aprovação do projeto, esta Casa avança e prepara os servidores mais velhos para ajudar os mais jovens.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 54/2002, do Procurador-Geral de Justiça, que cria, na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Conselho Estadual Gestor do Fundo de Proteção e Defesa do Consumidor, consoante com a Lei Federal nº 8.078, de 11/9/90; o art. 57, do Decreto Federal 2.181, de 20/3/97; o art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual e o art. 24 da Lei Complementar nº 61, de 12/7/2001, e o respectivo Fundo. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do Projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprová-la deverão responder "sim", e os que desejarem rejeitá-la deverão responder "não". A Presidência lembra ao Plenário que a matéria será aprovada se obtiver 39 votos favoráveis. A Presidência vai dar início ao processo de votação e solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 42 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 54/2002 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 55/2002, do Procurador-Geral de Justiça, que faz adequação de dispositivos da Lei Complementar nº 27, de 18/1/93, para efeito de instituição do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprová-la deverão responder "sim", e os que desejarem rejeitá-la deverão responder "não". A Presidência lembra ao Plenário que a matéria será aprovada se obtiver 39 votos favoráveis. A Presidência vai dar início ao processo de votação e solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 48 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 55/2002 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 54/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza a reversão ao domínio do Município de Ibitiúra de Minas do imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 54/99 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 199/99, do Deputado Doutor Viana, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à PMMG. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 199/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 324/99, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Borda da Mata o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 324/99 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.157/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o Programa Estadual de Incentivo à Piscicultura. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.157/2000 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.487/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza a reversão ao Município de Itaguara do imóvel que descreve e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. A Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o Deputado Gil Pereira. Com a palavra, o relator, para emitir seu parecer.

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

#### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.487/2001

##### Relatório

De autoria do Deputado Dinis Pinheiro, a proposição em tela tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaguara o imóvel que menciona.

Esgotado o prazo regimental, em 1º turno, nas Comissões de Constituição e Justiça e Fiscalização Financeira e Orçamentária, sem que fosse emitido parecer, o projeto foi posteriormente ao Plenário desta Casa, que o aprovou na forma do Substitutivo nº 1. Na obediência regimental, retornou para tramitação, em 2º turno, à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que novamente perdeu prazo para emissão de juízo. Em vista disso, o autor apresentou requerimento solicitando a inclusão do projeto na ordem do dia, a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 141 do Regimento Interno.

Com fulcro no § 1º do art. 189 do Regimento Interno, faremos constar na parte final deste parecer a redação do vencido.

##### Fundamentação

O imóvel, em síntese, constitui-se de terreno urbano edificado, com área de 800m<sup>2</sup>, localizado no Bairro dos Dias, à margem da BR-381, Km

85, registrado sob o nº 3.960, livro 3-B, a fls. 275, no Serviço Registral da Comarca de Itaguara e foi doado ao Estado pelo Executivo Municipal de Itaguara através da Lei Municipal nº 442, de 19/11/73, para construção de uma cadeia pública.

Em 1989, a Secretaria de Estado da Justiça, tendo desativado a cadeia pública que ali funcionava, cedeu as instalações ao Município de Itaguara para este colocar em funcionamento o Centro de Artesanato, administrado pela Associação dos Artesãos de Produtos Caseiros Nica Vilela de Itaguara e Região. O prazo foi encerrado em 1994, mas sem ocorrer renovação de cessão.

Inquiridos através de ofício por esta Casa, os órgãos estaduais que poderiam ter interesse em manter o imóvel junto ao patrimônio do Estado não fizeram nenhuma ressalva ao que se pretende com o projeto; portanto, se o imóvel já vem sendo ocupado todo esse tempo pelo Centro de Artesanato, conclui-se não haver repercussões financeiras negativas ao Estado, ocorrendo a reversão. Prejuízo, pode-se pressupor, se fará ao aludido município e ao Estado caso se decida contrariamente ao proposto, com a consequente queda nas vendas e desemprego de várias famílias que sobrevivem de atividades manuais.

Por outro lado, é mister salientar, que já existe espaço de 1.000m<sup>2</sup>, adquirido pela administração municipal, para a instalação da nova cadeia pública e da delegacia civil.

Mencione-se, finalmente, que a necessária autorização legislativa é condição "sine qua non" para a alienação ser efetivada no cumprimento dos preceitos que visam a preservar o interesse público, observados no art. 18 da Carta mineira; no art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 21/7/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitação e contratos da administração pública e dá outras providências; e no art. 16 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre as licitações e os contratos das administrações centralizada e autárquica do Estado.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.487/2001, no 2º turno na forma do vencido no 1º turno.

Redação do Vencido no 1º Turno

#### PROJETO DE LEI Nº 1.487/2001

Autoriza a reversão do imóvel que especifica ao Município de Itaguara.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter ao Município de Itaguara o imóvel constituído de área com 800m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados) situado no local denominado Dias, nesse município, conforme transcrição nº 3.960, consignada a fls. 275 do livro 3-B, no Serviço Registral da Comarca de Itaguara.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

O Sr. Presidente - Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.487/2001 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.557/2001, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.591/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Guanhães o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.591/2001 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.665/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza a reversão de imóvel que menciona ao Município de Pequi. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.665/2001 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.717/2001, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.793/2001, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.830/2001, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Itumirim. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.863/2001, do Deputado Antônio Andrade, que autoriza reversão do imóvel que menciona ao Município de Carmo do Paranaíba. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.863/2001 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.897/2001, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matutina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.897/2001 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.901/2001, do Deputado Álvaro Antônio, que reconhece como estância hidromineral a localidade denominada Barragem do Benfica - Fazenda Bela Vista, situada no Município de Itaúna. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.952/2002, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.952/2002 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.953/2002, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.953/2002 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.962/2002, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1h20min para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, e para a reunião solene na mesma data, logo após a aprovação do Projeto de Lei nº 2.396/2002, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

### ATA DA 291ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 19/12/2002

#### Presidência do Deputado Olinto Godinho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questão de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Ivo José - Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Benê Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Maria Olívia - Mauro Lobo - Paulo Pettersen - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Às 20h6min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Questão de Ordem

O Deputado Eduardo Hermeto - Sr. Presidente, como V. Exa. pode ver, não há quórum para a continuação dos trabalhos. Solicito o encerramento, de plano, da reunião.

## Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a reunião solene de hoje, e convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia vinte, às nove, às quatorze e às vinte horas, e para a reunião solene também de amanhã, logo após a aprovação do Projeto de Lei nº 2.396/2002, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.396/2002

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2003.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2003 estima a receita em R\$19.513.794.935,00 (dezenove bilhões quinhentos e treze milhões setecentos e noventa e quatro mil novecentos e trinta e cinco reais) e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2º - As receitas do Orçamento Fiscal serão realizadas mediante arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor.

Art. 3º - Os demonstrativos do Orçamento Fiscal e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado estão contidos no Anexo I desta lei.

Art. 4º - As despesas dos órgãos e entidades compreendidas no Orçamento Fiscal serão realizadas segundo a discriminação constante nos Anexos II-A e II-B desta lei.

Parágrafo único - Cada crédito consignado a subprojeto, subatividade e desdobramento das operações especiais constante nos anexos a que se refere o "caput" deste artigo integra esta lei na forma de inciso deste artigo, identificado numericamente pela respectiva codificação orçamentária.

Art. 5º - O Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado estima as fontes e fixa os investimentos em R\$2.232.229.171,00 (dois bilhões duzentos e trinta e dois milhões duzentos e vinte e nove mil cento e setenta e um reais).

Art. 6º - Os investimentos das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado serão realizados segundo a discriminação por projeto, atividade e operações especiais constante no Anexo III desta lei.

Parágrafo único - Os projetos, as atividades e as operações especiais constantes no Anexo III integram esta lei na forma de incisos deste artigo, identificados numericamente pela respectiva codificação orçamentária.

Art. 7º - O Anexo V integra esta lei na forma de incisos deste artigo, e as alterações nele contidas serão compatibilizadas pelo Poder Executivo nos Anexos I a IV desta lei.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento Fiscal até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada no art. 1º desta lei.

Parágrafo único - Não oneram o limite estabelecido neste artigo:

I - as suplementações de dotações referentes a pessoal e encargos sociais;

II - as suplementações com recursos vinculados, quando se referirem a remanejamento interno ou utilizarem como fonte o excesso de arrecadação e o saldo financeiro desses recursos;

III - as suplementações com recursos diretamente arrecadados, quando se referirem a remanejamento interno ou utilizarem como fonte o excesso de arrecadação e o superávit financeiro desses recursos;

IV - as suplementações de dotações referentes ao pagamento da dívida pública, de precatórios e sentenças judiciais, bem como os créditos à conta da dotação Reserva de Contingência;

V - as suplementações de dotações com recursos constitucionalmente vinculados aos Municípios;

VI - as suplementações de dotações dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 9º - Ficam a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Alçada, o Tribunal de Justiça Militar e o Ministério Público autorizados a abrir créditos suplementares aos respectivos orçamentos, até o limite de 7% (sete por cento) das despesas neles fixadas.

§ 1º - Os créditos suplementares de que trata o "caput" deste artigo utilizarão como fonte os recursos resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias do próprio orçamento suplementado e serão abertos por regulamento próprio de cada órgão.

§ 2º - Cada órgão comunicará a suplementação à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN -, no prazo de dois dias úteis contados da sua edição, para as providências necessárias.

§ 3º - O ato de suplementação será publicado no prazo de quarenta e oito horas contadas da data de sua edição.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado até o limite de 10% (dez por cento) do valor referido no art. 5º desta lei.

Parágrafo único - Não oneram o limite estabelecido neste artigo as suplementações realizadas com recursos provenientes das operações das empresas controladas pelo Estado e outros diretamente arrecadados por essas empresas.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito para o refinanciamento da dívida pública estadual.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à realocação de atividades e programas e à transposição de dotações orçamentárias em decorrência de leis delegadas promulgadas até 31 de janeiro de 2003.

Art. 13 - Esta lei vigorará no exercício de 2003, a partir de 1º de janeiro.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

#### ANEXO V

(a que se refere o art. 7º da Lei nº , de )

-----  
INCISO: 1

1 011 01 122 001 2 127 0001 3 1 99 10 1 A 11.000.000,00

4 261 22 661 745 1 182 0001 4 5 90 10 1 D 11.000.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Adequação da despesa de pessoal.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Indústria

Valor: R\$11.000.000,00

-----  
INCISO: 2

1 011 01 122 001 2 127 0001 3 3 99 10 1 A 14.000.000,00

1 911 28 846 777 7 081 0001 3 3 90 10 1 D 14.000.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Atividade "Direção Administrativa" - Execução de serviços de apoio e suporte de natureza técnico-administrativa.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): EGE/SEF/Encargos Diversos

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Encargos da Administração Financeira Central

Valor: R\$14.000.000,00

-----  
INCISO: 3

1 011 01 122 001 2 127 0001 4 5 99 10 1 A 2.000.000,00

1 911 28 846 777 7 081 0001 3 3 90 10 1 D 2.000.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Aquisição de imóvel na atividade "Direção Administrativa".

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): EGE/SEF/Encargos Diversos

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Encargos da Administração Financeira Central

Valor: R\$2.000.000,00

-----

INCISO: 4

1 011 01 122 001 2 127 0001 4 5 99 10 1 A 10.000.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 10.000.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Atividade "Direção Administrativa" - Inversões Financeiras para o cumprimento do exígivel atuarial, de responsabilidade do Poder Público, nos termos do artigo 52 da Lei nº 13440 de 04/01/2000.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$10.000.000,00

-----

INCISO: 5

1 091 03 062 133 4 057 0001 3 1 99 10 1 A 10.000.000,00

4 261 22 661 745 1 184 0001 4 5 90 10 1 D 10.000.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Procuradoria Geral de Justiça

Objeto do Gasto: Promotoria de Justiça - Pessoal.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Estruturação

Valor: R\$10.000.000,00

-----

INCISO: 6

1 091 03 272 777 7 060 0001 3 1 99 10 1 A 7.000.000,00

4 261 22 661 745 1 183 0001 4 5 90 10 1 D 7.000.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Procuradoria Geral de Justiça

Objeto do Gasto: Proventos de inativos e pensionistas.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Agroindústria

Valor: R\$7.000.000,00

-----

INCISO: 7



1 261 12 122 001 2 008 0001 4 4 99 10 1 A 4.730.000,00

4 261 22 661 745 1 182 0001 4 5 90 10 1 D 4.730.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado da Educação

Objeto do Gasto: Construção, ampliação reforma e aquisição de equipamentos e suprimentos para escolas estaduais e municipais.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Indústria

Valor: R\$4.730.000,00

-----

INCISO: 8

1 301 04 122 099 1 230 0001 4 4 99 10 1 A 6.900.000,00

4 261 22 661 745 1 182 0001 4 5 90 10 1 D 6.900.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETOP

Objeto do Gasto: Obras de infra-estrutura em municípios.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Indústria

Valor: R\$6.900.000,00

-----

INCISO: 9

1 301 06 122 099 1 501 0001 4 4 99 10 1 A 400.000,00

4 261 22 661 745 1 182 0001 4 5 90 10 1 D 400.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETOP

Objeto do Gasto: Construção e reforma de unidades do Corpo de Bombeiros Militar.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Indústria

Valor: R\$400.000,00

-----

INCISO: 10

1 301 14 122 099 1 571 0001 4 4 99 10 1 A 50.000,00

4 261 22 661 745 1 182 0001 4 5 90 10 1 D 50.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Município de Teófilo Otoni

Objeto do Gasto: Construção e equipamentos para centro de recuperação de menor infrator no município.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Indústria

Valor: R\$50.000,00

-----

INCISO: 11

1 351 16 482 601 4 149 0001 4 4 99 10 1 A 1.000.000,00

4 261 22 661 745 1 182 0001 4 5 90 10 1 D 1.000.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano

Objeto do Gasto: Implementação do Programa Mineiro de Macrozoneamento Urbano - PMMU

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Indústria

Valor: R\$1.000.000,00

-----

INCISO: 12

1 351 16 482 601 4 149 0001 4 4 99 10 1 A 1.000.000,00

4 261 22 661 745 1 182 0001 4 5 90 10 1 D 1.000.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano

Objeto do Gasto: Implmentação do Programa de Subsídio e Habitação de Interesse Social - PSH

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Indústria

Valor: R\$1.000.000,00

-----

INCISO: 13

1 351 16 482 601 4 149 0001 4 5 99 10 1 A 1.000.000,00

4 261 22 661 745 1 182 0001 4 5 90 10 1 D 1.000.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano

Objeto do Gasto: Implementação do Programa de Regularização Fundiária e Reassentamento

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Indústria

Valor: R\$1.000.000,00

-----

INCISO: 14

1 381 08 242 333 4 908 0001 3 3 99 10 1 A 1.800.000,00

1 301 26 122 099 1 047 0001 4 4 90 10 1 D 1.800.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado do Trabalho, da Ação Social, da Criança e do Adolescente.

Objeto do Gasto: Reabertura de 1.200 vagas no Programa de Atendimento Especializado (UAE) em convênio com clínicas credenciadas em Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): SETOP

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Construção, Ampliação e Reforma de Aeroportos, Ferrovias e Portos.

55 - Terminal portuário melhorado.

Valor: R\$1.800.000,00

-----  
INCISO: 15

1 381 11 244 442 4 487 0001 3 3 99 10 1 A 50.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 50.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - custeio.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$50.000,00

-----  
INCISO: 16

1 381 11 244 442 4 487 0001 3 3 99 10 1 A 75.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 75.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - custeio.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$75.000,00

-----  
INCISO: 17

1 381 11 244 442 4 487 0001 3 3 99 10 1 A 10.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 10.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - custeio.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$10.000,00

-----  
INCISO: 18

1 381 11 244 442 4 487 0001 3 3 99 10 1 A 230.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 230.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - custeio.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$230.000,00

-----

INCISO: 19

1 381 11 244 442 4 487 0001 3 3 99 10 1 A 230.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 230.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - custeio.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$230.000,00

-----

INCISO: 20

1 381 11 244 442 4 487 0001 3 3 99 10 1 A 300.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 300.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - custeio.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$300.000,00

-----

INCISO: 21

1 381 11 244 442 4 487 0001 3 3 99 10 1 A 10.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 10.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - custeio.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$10.000,00

-----

INCISO: 22

1 381 11 244 442 4 487 0001 4 4 99 10 1 A 352.900,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 352.900,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - capital.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$352.900,00

-----

INCISO: 23

1 381 11 244 442 4 487 0001 4 4 99 10 1 A 75.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 75.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - capital.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$75.000,00

-----

INCISO: 24

1 381 11 244 442 4 487 0001 4 4 99 10 1 A 20.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 20.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - capital.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$20.000,00

-----

INCISO: 25

1 381 11 244 442 4 487 0001 4 4 99 10 1 A 95.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 95.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - capital.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$95.000,00

-----

INCISO: 26

1 381 11 244 442 4 487 0001 4 4 99 10 1 A 662.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 662.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - capital.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$662.000,00

-----

INCISO: 27

1 381 11 244 442 4 487 0001 4 4 99 10 1 A 70.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 70.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - capital.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$70.000,00

-----

INCISO: 28

1 381 11 244 442 4 487 0001 4 4 99 10 1 A 100.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 100.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - capital.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$100.000,00

-----

INCISO: 29

1 381 11 244 442 4 487 0001 4 4 99 10 1 A 100.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 100.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: SETASCAD

Objeto do Gasto: Apoio às ações de cooperativismo, associativismo e de desenvolvimento comunitário - capital.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$100.000,00

-----

INCISO: 30

1 431 04 122 218 1 361 0001 3 3 99 10 1 A 325.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 325.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - custeio

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Reserva de Contingência

Valor: R\$325.000,00

---

INCISO: 31

1 431 04 122 218 1 361 0001 3 3 99 10 1 A 100.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 100.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - custeio

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Reserva de Contingência

Valor: R\$100.000,00

---

INCISO: 32

1 431 04 122 218 1 361 0001 3 3 99 10 1 A 300.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 300.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - custeio

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Reserva de Contingência

Valor: R\$300.000,00

---

INCISO: 33

1 431 04 122 218 1 361 0001 3 3 99 10 1 A 100.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 100.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - custeio

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Reserva de Contingência

Valor: R\$100.000,00

---

INCISO: 34

1 431 04 122 218 1 361 0001 3 3 99 10 1 A 262.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 262.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - custeio

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Reserva de Contingência

Valor: R\$262.000,00

-----

INCISO: 35

1 431 04 122 218 1 361 0001 4 4 99 10 1 A 2.703.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 2.486.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 217.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): - FIND

- Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): - Pró-Indústria R\$2.486.000,00

- Reserva de Contingência R\$217.000,00

Valor: R\$2.703.000,00

-----

INCISO: 36

1 431 04 122 218 1 361 0001 4 4 99 10 1 A 4.610.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 4.393.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 217.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): - FIND

- Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): - Pró-Indústria R\$4.393.000,00

- Reserva de Contingência R\$217.000,00

Valor: R\$4.610.000,00

-----

INCISO: 37

1 431 04 122 218 1 361 0001 4 4 99 10 1 A 3.825.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 3.608.000,00



1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 217.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): - FIND

- Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): - Pró-Indústria R\$3.608.000,00

- Reserva de Contingência R\$217.000,00

Valor: R\$3.825.000,00

-----  
INCISO: 38

1 431 04 122 218 1 361 0001 4 4 99 10 1 A 1.748.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 1.531.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 217.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): - FIND

- Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): - Pró-Indústria R\$1.531.000,00

- Reserva de Contingência R\$217.000,00

Valor: R\$1.748.000,00

-----  
INCISO: 39

1 431 04 122 218 1 361 0001 4 4 99 10 1 A 1.210.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 993.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 217.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): - FIND

- Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): - Pró-Indústria R\$993.000,00

- Reserva de Contingência R\$217.000,00

Valor: R\$1.210.000,00

-----  
INCISO: 40

1 431 04 122 218 1 361 0001 4 4 99 10 1 A 400.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 174.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 226.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): - FIND

- Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): - Pró-Indústria R\$174.000,00

- Reserva de Contingência R\$226.000,00

Valor: R\$400.000,00

-----

INCISO: 41

1 431 04 122 218 1 361 0001 4 4 99 10 1 A 2.198.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 1.981.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 217.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): - FIND

- Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): - Pró-Indústria R\$1.981.000,00

- Reserva de Contingência R\$217.000,00

Valor: R\$2.198.000,00

-----

INCISO: 42

1 431 04 122 218 1 361 0001 4 4 99 10 1 A 4.000.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 3.783.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 217.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): - FIND

- Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): - Pró-Indústria R\$3.783.000,00

- Reserva de Contingência R\$217.000,00

Valor: R\$4.000.000,00

-----

INCISO: 43

1 431 04 122 218 1 361 0001 4 4 99 10 1 A 3.000.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 2.783.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 217.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): - FIND

- Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): - Pró-Indústria R\$2.783.000,00

- Reserva de Contingência R\$217.000,00

Valor: R\$3.000.000,00

-----  
INCISO: 44

1 431 04 122 218 1 361 0001 4 4 99 10 1 A 900.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 683.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 217.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): - FIND

- Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): - Pró-Indústria R\$683.000,00

- Reserva de Contingência R\$217.000,00

Valor: R\$900.000,00

-----  
INCISO: 45

1 431 04 122 218 1 361 0001 4 4 99 10 1 A 1.645.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 1.428.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 217.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): - FIND

- Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): - FIND R\$1.428.000,00

- Reserva de Contingência R\$217.000,00

Valor: R\$1.645.000,00  
-----

INCISO: 46

1 431 04 122 218 1 361 0001 4 4 99 10 1 A 2.800.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 2.583.000,00

1 991 99 999 999 9 999 0001 9 9 99 10 1 D 217.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais

Objeto do Gasto: Apoio ao desenvolvimento municipal - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): - FIND

- Reserva de Contingência

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): - FIND R\$2.583.000,00

- Reserva de Contingência R\$217.000,00

Valor: R\$2.800.000,00

-----

INCISO: 47

1 915 17 512 777 7 151 0001 4 5 99 10 1 A 10.000.000,00

5 081 17 512 838 8 042 + 10.000.000,00

1 021 01 122 001 2 127 0001 3 3 90 10 1 D 8.000.000,00

1 021 01 122 001 2 127 0001 4 4 90 10 1 D 2.000.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: COPASA

Objeto do Gasto: Obras de saneamento básico e esgotamento sanitário nos municípios.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): Tribunal de Contas do Estado

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Direção Administrativa

3.3.90.10.1 - R\$8.000.000,00

4.4.90.10.1 - R\$2.000.000,00

Valor: R\$10.000.000,00

-----

INCISO: 48

2 301 26 451 831 1 078 0001 4 4 99 10 1 A 200.100,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 200.100,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER/MG

Objeto do Gasto: Obras de Infra-estrutura em municípios

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$200.100,00

-----

INCISO: 49

2 301 26 451 831 1 078 0001 4 4 99 10 1 A 100.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 100.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER/MG

Objeto do Gasto: Obras de Infra-estrutura em municípios

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$100.000,00

-----

INCISO: 50

2 301 26 451 831 1 078 0001 4 4 99 10 1 A 80.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 80.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER/MG

Objeto do Gasto: Obras de Infra-estrutura em municípios

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$80.000,00

-----

INCISO: 51

2 301 26 451 831 1 078 0001 4 4 99 10 1 A 450.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 450.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER/MG

Objeto do Gasto: Obras de Infra-estrutura em municípios

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$450.000,00

-----

INCISO: 52

2 301 26 451 831 1 078 0001 4 4 99 10 1 A 231.000,00

4 261 22 661 745 1 182 0001 4 5 90 10 1 D 231.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER

Objeto do Gasto: Implantação e pavimentação dos acessos dos 231 municípios ainda não ligados às rodovias por asfalto.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Indústria

Valor: R\$231.000,00

-----

INCISO: 53

2 301 26 451 831 1 078 0001 4 4 99 10 1 A 500.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 500.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER/MG

Objeto do Gasto: Obras de Infra-estrutura em municípios

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$500.000,00

-----

INCISO: 54

2 301 26 451 831 1 078 0001 4 4 99 10 1 A 240.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 240.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER/MG

Objeto do Gasto: Obras de Infra-estrutura em municípios

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$240.000,00

-----

INCISO: 55

2 301 26 451 831 1 078 0001 4 4 99 10 1 A 5.000.000,00

1 021 01 122 001 2 127 0001 3 3 90 10 1 D 5.000.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER

Objeto do Gasto: Obras de infra-estrutura em municípios - pavimentação de vias públicas.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): Tribunal de Contas do Estado

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Direção Administrativa 3.3.90.10.1

Valor: R\$5.000.000,00

-----

INCISO: 56

2 301 26 695 768 1 958 0001 4 4 99 10 1 A 10.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 10.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER

Objeto do Gasto: Apoio à infra-estrutura de transporte para o turismo: melhoramento e pavimentação de rodovia - trecho Mato Verde/Santo Antônio do Retiro/Montezuma - 70km.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$10.000,00

-----  
INCISO: 57

2 301 26 782 833 1 141 0001 4 4 99 10 1 A 10.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 10.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER

Objeto do Gasto: Melhoramento e pavimentação de rodovias - trecho Entre Rios de Minas/Desterro de Entre Rios/Passa Tempo - 59km.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$10.000,00

-----  
INCISO: 58

2 301 26 782 833 1 141 0001 4 4 99 10 1 A 10.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 10.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER

Objeto do Gasto: Melhoramento e pavimentação de rodovias - trecho Água Boa/Malacacheta - 50km.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$10.000,00

-----  
INCISO: 59

2 301 26 782 833 1 141 0001 4 4 99 10 1 A 10.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 10.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER

Objeto do Gasto: Melhoramento e pavimentação de rodovias - trecho Unai/Cabeceira Grande - Divisa MG/GO - 55km.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$10.000,00

-----  
INCISO: 60

2 301 26 782 833 1 141 0001 4 4 99 10 1 A 9.300.000,00

4 261 22 661 745 1 182 0001 4 5 90 10 1 D 9.300.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER

Objeto do Gasto: Construção, melhoramento e pavimentação de rodovias.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Indústria

Valor: R\$9.300.000,00

-----

INCISO: 61

2 301 26 782 833 1 141 0001 4 4 99 10 1 A 10.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 10.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER

Objeto do Gasto: Melhoramento e pavimentação de rodovias - trecho Arinos/Urucuia/São Francisco - 178km.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$10.000,00

-----

INCISO: 62

2 301 26 782 833 1 141 0001 4 4 99 10 1 A 10.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 10.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER

Objeto do Gasto: Melhoramento e pavimentação de rodovias - trecho Cabeceira da Mata/Farofão (Buritis) - 27km.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$10.000,00

-----

INCISO: 63

2 301 26 782 833 1 141 0001 4 4 99 10 1 A 10.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 10.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: DER

Objeto do Gasto: Melhoramento e pavimentação de rodovias - trecho Riacho dos Machados/Porteirinha - 29km.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$10.000,00

-----

INCISO: 64

2 311 12 122 099 1 579 0001 4 4 99 10 1 A 200.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 200.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: UNIMONTES

Objeto do Gasto: Implantação de campus universitário.



Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$200.000,00

-----

INCISO: 65

2 321 10 302 099 1 579 0001 4 4 99 10 1 A 1.000.000,00

2 321 10 302 409 4 230 0001 3 3 90 10 1 D 1.000.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: HEMOMINAS

Objeto do Gasto: Construção de hemocentros.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): HEMOMINAS

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Desenvolvimento do Programa de Sangue e Hemoderivados 3.3.90.10.1

Valor: R\$1.000.000,00

-----

INCISO: 66

2 351 12 364 099 1 358 0001 4 4 99 10 1 A 7.700.000,00

4 261 22 661 745 1 182 0001 4 5 90 10 1 D 7.700.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: UEMG

Objeto do Gasto: Construção dos campi universitários.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FUNDIEST

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Proe-Indústria

Valor: R\$7.700.000,00

-----

INCISO: 67

4 291 10 302 410 4 600 0006 3 3 99 10 1 A 24.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 24.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Recuperação física da rede assistencial - custeio

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$24.000,00

-----

INCISO: 68

4 291 10 302 410 4 600 0006 3 3 99 10 1 A 145.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 145.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Recuperação física da rede assistencial - custeio

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$145.000,00

-----

INCISO: 69

4 291 10 302 410 4 600 0006 3 3 99 10 1 A 100.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 100.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Recuperação física da rede assistencial - custeio

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$100.000,00

-----

INCISO: 70

4 291 10 302 410 4 600 0006 4 4 99 10 1 A 170.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 170.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Recuperação física da rede assistencial - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$170.000,00

-----

INCISO: 71

4 291 10 302 410 4 600 0006 4 4 99 10 1 A 1.520.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 1.520.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Recuperação física da rede assestencial - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$1.520.000,00

-----

INCISO: 72

4 291 10 302 410 4 600 0006 4 4 99 10 1 A 20.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 20.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Recuperação física da rede assistencial - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$20.000,00

-----

INCISO: 73

4 291 10 302 410 4 600 0006 4 4 99 10 1 A 13.600.000,00

4 291 10 301 401 4 584 0001 4 4 40 10 1 D 13.600.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Construção, reforma, ampliação, aquisição de equipamentos e suprimentos de postos de saúde, hospitais municipais e demais entidades de prestação de serviços em ações e serviços públicos de saúde.

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): Fundo Estadual de Saúde

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Coordenação, Assessoramento e Supervisão das Ações de Promoção da Saúde. 4.4.40.10.1

Valor: R\$13.600.000,00

-----

INCISO: 74

4 291 10 302 410 4 600 0006 4 4 99 10 1 A 210.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 210.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Recuperação física da rede assistencial - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$210.000,00

-----

INCISO: 75

4 291 10 302 410 4 600 0006 4 4 99 10 1 A 785.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 785.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Recuperação física da rede assistencial - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$785.000,00

-----

INCISO: 76

4 291 10 302 410 4 600 0006 4 4 99 10 1 A 1.100.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 1.100.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Recuperação física da rede assistencial - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$1.100.000,00

-----

INCISO: 77

4 291 10 302 410 4 600 0006 4 4 99 10 1 A 150.000,00

4 051 22 661 745 1 052 0001 4 5 90 10 1 D 150.000,00

Órgão e/ou Entidade Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Recuperação física da rede assistencial - capital

Órgão(s) e/ou Entidade(s) Deduzida(s): FIND

Subprojeto(s) e/ou Subatividade(s) Deduzida(s) ou Anulada(s): Pró-Indústria

Valor: R\$150.000,00

-----

INCISO: 78

A tabela referente ao inciso 78 encontra-se publicada somente no "Diário do Legislativo" do dia 28/12/2002.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 423ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 18/12/2002

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, TV Assembléia, assessores, amigos, aproximando-se o encerramento dos trabalhos da 14ª Legislatura, tecerei considerações sobre o exercício deste nosso primeiro mandato e farei uma retrospectiva sobre a atuação da Assembléia Legislativa, que, sem dúvida, contribuiu para a concretização das expectativas da população mineira em seus diferentes segmentos.

Busco, neste momento, minha memória. Há quatro anos, quando, pela primeira vez, usei da palavra nesta Casa sagrada, no início de nossa Legislatura, tive a felicidade, envolvido de forte emoção, de homenagear minha querida Ouro Fino e região pela expressiva votação - 25.660 votos - obtida na minha eleição. Com saudade e coração apertado, homenageei meus queridos e saudosos pai e tio, Demétrio Ribeiro Silva Júnior e Francisco Ribeiro Silva, exemplos de honradez, caráter, dedicação e verdadeiro amor ao próximo.

Naquela mensagem inicial pedi a Deus que fosse sempre meu Guia, na esperança de dias melhores com minha companheira, fiel ao compromisso de honrar e bem representar aqueles que me delegaram mandato junto a esta respeitada Casa.

Aqui aprendi muito. Como tenho aprendido! Na escola da vida, nunca se aprende no momento, vem no dia-a-dia. Particularmente, esta Casa tem me trazido momentos importantes e felizes como parlamentar. Esta é a verdadeira escola da democracia, composta de 77 colegas, portadores de toda qualificação inerente à vida parlamentar: dignidade, honradez e representatividade.

Os dias foram passando, meses e anos, e agora deparamos com o término de nossa 14ª Legislatura, que ficará marcada e gravada pelos ensinamentos e salutar convívio nesta Casa, onde consegui fazer parte de constelação de verdadeiros amigos e Deputados, assessores e funcionários, incluindo todos, sem distinção, até nossos queridos guardinhas, como se fosse minha própria família.

Assim, tenho muito o que agradecer a Deus pela feliz convivência durante esses quatro anos que estão se findando, pela confiança em mim depositada, e começar pela querida Ouro Fino, região e quase 500 municípios em que fui lembrado. Quero já reafirmar o mesmo compromisso prestado no meu primeiro pronunciamento nesta Casa, agora com maior responsabilidade, com a expressiva votação de aproximadamente 58 mil mineiros que me delegaram poderes de legitimar a defesa de nosso Estado.

Quero também agradecer a confiança em nós depositada. Grandes temas foram aqui debatidos. A análise do conteúdo da maioria das proposições apresentadas denotou a permanente preocupação dos Deputados com o social, abordando assuntos como a violência, a questão do menor, a situação do funcionalismo público, a preservação do patrimônio público, histórico e cultural, o meio ambiente, a educação, o idoso, a

previdência, a Defensoria Pública, dentre outras matérias.

Tive o prazer de contribuir com algumas proposições, que, aprovadas pelo Plenário desta Casa, graças à valorosa contribuição dos nossos pares, e sancionadas pelo Sr. Governador, hoje fazem parte de nosso ordenamento jurídico, provocando mudanças e alterações benéficas em nossa realidade.

Lembro-me aqui dos meus primeiros projetos de lei que reduziram a alíquota do ICMS para os setores moveleiro, de vinhos, da indústria têxtil e de calçados, que permitiram a geração de novos empregos, a realização de novos investimentos e, conseqüentemente, mais renda e crescimento da arrecadação no Estado.

Também nessa linha do desenvolvimento sustentável, vimos instituída a política estadual do ecoturismo, que reconhece e indica essa atividade como fator de grande desenvolvimento do Estado e está a exigir uma legislação especial para a matéria, visando direcionar as ações do poder público e da iniciativa privada para a busca de um desenvolvimento sustentável; nosso Estado é o primeiro e único, até a presente data, a possuir legislação especial para essa matéria.

Proposição de nossa iniciativa buscou disciplinar a ação do voluntariado junto aos órgãos do Estado, entendendo que a admissão de voluntários nos órgãos e nas entidades públicas deve ser estimulada e promovida pelo Estado, haja vista sua potencial capacidade de contribuição na prestação de serviços públicos e na execução de políticas públicas.

Tive a felicidade, ainda, de contribuir para a correção de uma injustiça que se arrastava contra os servidores da função pública. Recordo que fomos o relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, que, se não prosperou, teve o condão de inspirar a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, convertida na Emenda Constitucional nº 49, que assegurou direitos essenciais a esse grupo de servidores da administração pública estadual.

De igual forma, apresentamos, sempre com apoio desta Casa, o projeto, transformado em lei, que cria e regulamenta a defensoria para as pessoas idosas, o que muito tem contribuído para solução de pendências administrativas, previdenciárias e judiciais.

Tive a honra de ser membro efetivo, ao longo desses quatro anos, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia desta Casa. Nela tivemos a oportunidade de promover inúmeras discussões sobre diferentes temas, tais como: educação de jovens e adultos, educação à distância, educação infantil, crédito educativo e a situação dos servidores designados do Estado.

A esse último assunto tenho destinado toda minha atenção há mais de um ano. Em razão do concurso público na área da educação, apresentamos requerimentos com sugestões para o seu edital, requeremos a realização de audiência pública e fomos relator da Comissão Especial dos Designados.

Como fruto dessa preocupação, apresentamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, que prevê, na hipótese de dispensa do servidor designado, que ele seja indenizado pelo tempo de serviço prestado ao Estado.

Essa proposta presta-se, sobretudo, a criar uma referência e uma possibilidade de discussão de tão afiliva questão e apontar para uma solução razoável que não implique completo e definitivo prejuízo para aqueles que fazem a educação de nosso Estado e lutam por ela.

Também na área da Educação, preocupado com a situação do aluno portador de necessidades especiais, tivemos convertido em lei projeto de nossa autoria que estabelece requisitos mínimos facilitadores da participação dessas pessoas em processos seletivos de ingresso no ensino superior.

Aliás, foi para o ensino superior que esteve voltada a nossa atenção neste dia. Foi aprovada por este Plenário, na manhã de hoje, a PEC nº 68, cujo propósito é assegurar a permanência da UEMG, da UNIMONTES e das fundações de ensino superior mineiras no Sistema Estadual de Ensino, que assim garantiu a soberania de nosso Estado.

Ao agradecer os nobres colegas por sua aprovação, reafirmo que não tenho dúvidas de que a PEC nº 68 é da maior importância, pois significa, acima de tudo, uma resposta decidida da Assembléia Legislativa ao questionamento feito pelo Governo Federal, através de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Procurador-Geral da República, arguindo os artigos 81 e 82 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Mineira.

Confrontado pelos índices de violência no ambiente escolar, apresentamos e, com a ajuda de todos os nossos Deputados, foi convertido em norma legal o Programa Escotismo na Escola, cuja proposta é difundir o escotismo, organização de educação extra-escolar, voluntária, que visa a desenvolver um comportamento baseado em valores éticos, por meio da vida em equipe, do espírito comunitário, da liberdade responsável e do estímulo ao aprimoramento da personalidade, quer no campo individual, quer no campo coletivo.

Igualmente, não descuramos de área que merece extrema atenção: a da Saúde. Por isso é que, também graças aos senhores pares, nossos companheiros, foram convertidos em lei projetos de nossa autoria como o que torna obrigatória a realização do teste do ouvidinho no recém-nascido, o que estabelece incentivos ao município que instituir o programa de aleitamento materno e, ainda, o que cria condições para funcionamento de câmaras de bronzeamento no Estado, medida agora fortalecida com a recente Resolução baixada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA -, regulando o assunto, porque Minas também saiu na frente sempre graças à postura e independência do Legislativo.

Honrou-me sobremaneira presidir, neste último biênio, a Comissão do Trabalho. Por meio dela promovemos audiências públicas buscando assegurar a defesa e a promoção do trabalho; a assistência social e a previdenciária; a proteção à família, à criança, ao adolescente e ao idoso; e ainda a integração social do portador de deficiência.

Além disso, discutimos a situação dos servidores do IMA, da PRODEMGE, da HEMOMINAS e da FHEMIG, o processo falimentar da UNISA e da Usina Queiroz Júnior. Hipotecamos também solidariedade às entidades representativas dos aposentados de nosso Estado, em audiência pública realizada nesta Comissão.

Ainda por nossa iniciativa, discutimos o processo de terceirização, as mudanças na CLT, os recursos para a qualificação profissional, o incentivo à formação dos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, a inclusão social do portador de deficiência, o artesanato mineiro como fonte de emprego e renda, a condição de trabalho dos proprietários de "vans", a situação da perícia médica do INSS e, até mesmo, a situação do futebol mineiro como setor gerador de emprego, o que resultou na formação da Comissão Especial do Esporte para discutir amplamente a questão, a partir de proposta do Deputado Bené Guedes.

Recentemente e nesse diapasão, foi convertido em lei nosso projeto que criou a Defensoria Pública. Da mesma forma, hoje é prevista em lei, decorrente do projeto de nossa autoria, a obrigatoriedade das instituições bancárias a criarem mecanismo que estabeleça um relacionamento comercial com o portador de deficiência visual sem necessidade de procurador.

Tais providências já foram estabelecidas por regulamento, englobando o uso da escrita em braile e de mecanismos de informática, como o programa DOSVOX.

Também, na esfera da administração pública, foi inserida no universo jurídico a obrigatoriedade de que as Câmaras Municipais sejam notificadas do repasse dos recursos financeiros estaduais para os respectivos municípios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não me causa nenhum temor afirmar que todas as matérias apreciadas por esta Casa, todas as discussões levadas a efeito, todas as iniciativas, até mesmo as revisões e os recuos, tiveram um propósito, qual seja o de ensejar o progresso e o desenvolvimento de nosso Estado e de seu povo, sempre pautado pela ética e pelo respeito.

De igual modo, elegemos, no primeiro turno, com expressiva votação, o futuro Governador, Aécio Neves, que, com sua reconhecida habilidade política e o seu sentimento de mineiridade, colocará em execução o chamado choque de gestão, juntamente com o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, com propostas que se ajustam aos grandes desafios que teremos de enfrentar.

Só nos resta desejar ao povo mineiro, reconhecendo o nosso dever de construtores e sementeiros, a paz social. Esta Casa tem tido essa grave atribuição, e tenho a certeza de que, na próxima legislatura, esse propósito continuará direcionando firmemente os seus rumos.

Ao finalizar, dirijo fraterna palavra aos colegas Deputados, pela amizade e pela colaboração, na certeza de que, juntos, procuramos empreender um trabalho produtivo e fundamental ao engrandecimento de Minas Gerais. Aos que foram reeleitos, a certeza de que corresponderão com sua atuação à reiteração consagrada da confiança popular. Aos dedicados servidores e companheiros incansáveis do meu gabinete, minha eterna gratidão. Aos funcionários, aos assessores, a todos os que aqui trabalham e aos jornalistas, cuja atuação nos auxiliou e estimulou ao longo desta jornada, nosso reconhecimento pela colaboração prestada. Aos meus diletos companheiros de partido, na pessoa de seu Presidente, Alberto Pinto Coelho, minha satisfação pelo fraternal convívio e pela nossa lealdade e companheirismo. Aos que deixam esta Casa, apresentamos nossa comovida despedida, lembrando com saudade a perda do nosso querido colega Eduardo Daladier, lamentando ainda a falta de seu exemplar convívio. Mas estamos certos de que, em qualquer lugar, em qualquer momento e em qualquer atividade que doravante passem a desenvolver, continuarão sempre a merecer o mesmo sentimento e fraternal amizade, pela feliz convivência durante esta legislatura.

Registro, ainda, nestas derradeiras palavras, minha eterna gratidão pela compreensão de minha inseparável e querida esposa, Dalvinha, de meus amados filhos, Lucas e Felipe, que têm suportado ao longo do tempo a minha ausência do lar, mas que têm sido os grandes incentivadores do meu projeto político de servir a Minas e aos mineiros.

Finalmente, na pessoa do meu querido Presidente, Antônio Júlio, presto uma saudação especialíssima à postura séria, decidida e determinada durante este biênio. Receba deste modesto parlamentar o espírito sempre fraterno de amizade e de companheirismo. Espero que todos nós possamos buscar melhores gestões para o nosso Estado. A todos, desejo um feliz Natal e um 2003 repleto de alegria. Somente por meio dessa constelação de amigos e companheiros, poderemos discutir e garantir o que há de mais importante: a ética, o decoro e a dignidade parlamentar, frutos desta Casa, nesta legislatura. Muito obrigado.

O Deputado Wanderley Ávila\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, na condição de integrante da Mesa dirigente do segundo biênio da legislatura que está por se encerrar, venho a esta tribuna para exprimir o sentimento que partilho com os demais integrantes da comissão executiva desta Assembléia. Esse sentimento responde ao convívio com nosso Presidente Antônio Júlio e posso dizer que, como um ímã, o absorvi dos demais colegas. Todos nos sentimos extremamente gratificados pela convivência com alguém que tem pautado sua atividade parlamentar pelo companheirismo, a lealdade e o senso que o impele a honrar os compromissos assumidos não apenas com seus pares, mas sobretudo com esta Casa.

Quando éramos ambos Prefeitos, ele de sua Pará de Minas e eu de minha querida Pirapora, pudemos nos conhecer, e nele percebi seu sentido de compromisso com os municípios, base de sua solidariedade com todos os cidadãos de Minas. A amizade que aí nascia transformou-se, de minha parte, na admiração que hoje, de público, venho manifestar.

Quando chega o momento de proceder a um balanço dos dois últimos anos desta legislatura, recordamos momentos conturbados, difíceis para todos nós, quando, retrospectivamente, vejo a mão, ao mesmo tempo firme e serena, com que Antônio Júlio conduziu um processo quase traumático. Em nenhum instante faltou-lhe a compreensão do que era uma situação de extrema delicadeza, em que o trato transparente com a opinião pública não podia desmerecer a classe parlamentar. A reeleição da maioria dos Deputados, contra os prognósticos mais pessimistas, demonstra que a questão foi superada e assimilada pela sociedade, mesmo com todas as pressões a que fomos expostos.

Sinto pleno orgulho de ter participado da condução do processo legislativo no último biênio, podendo arrolar várias realizações em prol do aperfeiçoamento democrático e do exercício coletivo da cidadania.

Uma prática parlamentar madura e comprometida com a eficiência foi construída nesse período afetado por várias crises. A instituição, ao responder aos desafios - e aí atuam as várias dificuldades atravessadas pelo País e pelo Estado -, cresceu, consolidando sua caminhada junto com a sociedade. A Assembléia Legislativa contribuiu para implementar políticas públicas, correspondendo aos desejos da população e promovendo o tão necessário desenvolvimento regional. A interiorização dos trabalhos e o aperfeiçoamento da integração com a sociedade caminharam, nesses dois anos, ao lado do aprimoramento da função fiscalizadora que cabe ao Poder Legislativo.

Todas as comissões da Casa atuaram de acordo com tais princípios, coesamente. E o legado que as atividades desenvolvidas neste biênio geraram será, com certeza, de grande impacto no futuro de nossos trabalhos. Aí estão, como exemplos mais significativos, a criação da Comissão permanente de Segurança Pública, respondendo a um grande anseio e a uma necessidade unânime do povo, a aprovação do Código de Ética e a restrição da imunidade parlamentar, que tornam mais democrático, mais límpido e ainda mais digno o trabalho de um representante do povo. A abertura para a sociedade continua num caminho sem volta, e merece destaque, nesse âmbito, a realização do Seminário das Águas II, no bojo do movimento Minas em Defesa das Águas, consagrando o gerenciamento hídrico em harmonia com a proteção ambiental.

Esta homenagem ao nosso amigo e Presidente Antônio Júlio, feita com o coração, é também justo tributo a um Deputado que conduziu com honradez e lealdade as atividades da Assembléia Legislativa, equilibrando o respeito à causa pública e a solidariedade para com seus colegas.

Em meu nome, mas também em nome dos demais Deputados que com ele trabalharam, ficam registrados, com estas palavras, os mais calorosos cumprimentos àquele que nos representou, a todos, na função mais alta deste parlamento.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)\* - Parabenizo V. Exa., Deputado Wanderley Ávila, pela iniciativa de, como membro da Mesa, enaltecer o trabalho do nosso Presidente Antônio Júlio. Em meu nome e em nome da Bancada do PPB, partido ao qual tenho a honra de ser filiado, quero dizer-lhe que conduziu o trabalho com maestria, vencendo com firmeza, dedicação e sabedoria os momentos de turbulência por que passou esta Casa. V. Exa. conquistou a amizade e o respeito de seus pares na Assembléia de Minas. As Assembléias Legislativas de todo o País aqui vêm procurá-lo na busca do aprimoramento do trabalho em seus Estados, numa demonstração de reconhecimento de seu trabalho árduo e contínuo em favor da causa pública. Parabéns, Presidente Antônio Júlio. Parabéns, Secretário Wanderley Ávila por essa justa homenagem à Mesa e ao nosso Presidente.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)\* - Deputado Wanderley Ávila, suas palavras vieram em hora muito apropriada. Não poderia deixar de dizer ao nosso Presidente Antônio Júlio, de quem fui adversário, que jamais imaginei que pudesse dirigir esta Casa com tanta firmeza e dignidade. Esta Casa passou por momentos difíceis não por fazer algo errado, mas por encomenda a órgãos de imprensa, que foram pagos para falar contra a Assembléia. Um deles recebeu, por parte de uma empresa do Governo, quase R\$60.000.000,00 para aporte de recursos numa empresa fraudulenta, o que levantaremos no início da próxima legislatura. O senhor foi um valente, dedicado e honrado, merecendo minha homenagem e a dos companheiros desta Casa. Obrigado, Presidente. Parabéns, Deputado Wanderley Ávila.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Companheiro Antônio Júlio, Presidente desta Casa, parabenizo o momento de lucidez do Deputado Wanderley Ávila ao tecer comentários relativos ao grande valor da pessoa do Presidente e do político Antônio Júlio. O povo mineiro, reconhecendo seus méritos, novamente o reconduz a esta Assembléia. Conhece-se o bom administrador nos momentos difíceis, instantes em que V. Exa. mostrou competência e firmeza na condução desta Assembléia. Parabenizando-o, cumprimento o Deputado Wanderley Ávila, que lhe faz essa justa homenagem, falando em nome da Mesa e refletindo o pensamento da unanimidade dos Deputados desta Casa. Que Deus continue iluminando-o, assim como a sua família, dando-lhe condições de continuar trabalhando pelo povo de Minas Gerais.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)\* - Sr. Presidente, membros da Mesa, meu querido amigo, colega e irmão Deputado Wanderley Ávila, V. Exa. foi, mais uma vez, feliz ao ocupar a tribuna para fazer justiça não só ao Presidente, mas ao homem, ao colega, ao companheiro Antônio Júlio, que soube o verdadeiro papel de presidir o Poder.

Na época das tormentas, foi forte e determinado, fazendo com que cada um de nós chegasse a um porto seguro. Apesar do resultado das eleições de 6 de outubro, tivemos méritos e falhas. Mas, no que dependeu da condução firme, ética e determinada do Presidente Antônio Júlio e da Mesa, nada nos faltou. Nosso Presidente muito fez por este Poder. Homenageio também seus colaboradores, funcionários desta Casa, que deu ao Deputado Antônio Júlio todo o suporte necessário para, em 1º de fevereiro, entregar a Presidência com a consciência do dever cumprido. Que Deus o ilumine, meu amigo Antônio Júlio.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)\* - Cumprimento e agradeço a V. Exa., em nome da nossa bancada. É importante refletirmos sobre tudo o que ocorreu. Aprendemos, por consciência própria, que, se alguma coisa acontece, é para melhorar. Algum Deputado disse-me outro dia que ninguém tropeça e cai para trás, mas, sim, para a frente. Fui Diretor da UNALE, cumprindo missão específica: trabalhar nacionalmente para que este Poder resgatasse suas prerrogativas, usurpadas ao longo dos anos. A Mesa, composta por V. Exa., em trabalho fantástico, demonstrou que, desde a Constituição de 1824, perdemos "status" e prerrogativas. Veio, então, um círculo vicioso, a velha história do ovo e da galinha. Quem é mais culpado nesta relação esdrúxula entre parlamento e sociedade?

Infelizmente, 99% dos eleitores nos solicitam favores não prometidos. Essa é a realidade cruel que vivemos. Conviver com essa realidade, saber dar respostas ao eleitor, sem deixar de reconhecer a verdade, é o grande desafio do parlamentar. Portanto, esta Casa sofreu, pois a imprensa insistiu em noticiar apenas uma visão, e não a verdadeira, de que o cidadão não sabe a que se presta um Deputado e de que a sociedade não sabe a que se presta o parlamento.

Portanto, esta é a grande discussão. Nesse contexto, seguramente, alguns Deputados foram extremamente prejudicados e sofreram muito com isso.

Sem dúvida, esta Casa deve render homenagens ao Deputado Antônio Júlio, reconhecer seu trabalho e sua coragem. Surpreendeu a muitos de nós, como a mim mesmo, pela sua determinação e condição idônea e, mais do que isso, pela serenidade com que enfrentou todas as tormentas. Por tudo isso, foi premiado sendo reeleito. Parabéns, Deputado Antônio Júlio! Muito obrigado.

O Deputado Wanderley Ávila\* - Agradecemos a todos que nos apartearam. Já sabíamos, com certeza, pela leitura feita nos olhos de cada um, que o sentimento era o nosso.

Digo a V. Exa., Deputado Antônio Júlio, que esta parcela que representamos, um pedaço do Norte de Minas, dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, o barranqueiro de Várzea da Palma e de Pirapora - este sertanejo que, entre as suas muitas qualidades, possui a de não perder a esperança e crer em Deus-, fala com o coração. Essa parcela que representamos, os colegas da Mesa e todos que aqui se encontram falam com o coração: temos o orgulho de tê-lo tido como nosso Presidente. Que Deus continue a abençoá-lo.

Um dia ouvi referência a um político que encarna justamente V. Exa.: "Pará de Minas está de Parabéns, e V. Exa. tem passado, tem presente, e seu futuro é dos mais brilhantes que podemos antever".

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que ocupam as galerias, imprensa, assessoria da Casa, tenho a honra de ocupar esta tribuna para render agradecimentos aos mineiros pelo privilégio de ter representado, por dois mandatos, o povo nesta Casa.

Foram oito anos de intensos trabalhos, em que aprendi muito. Talvez para mim o privilégio tenha sido maior do que para muitos pares, pois talvez seja difícil compreender quantos desafios enfrentei para chegar a ser um representante do povo. Tenho origem humilde, filho de homem do campo, e, graças ao sofrimento por que passei, aprendi a valorizar as oportunidades que me foram dadas pelo destino. Aprendi a não me curvar diante das adversidades, a levantar a cabeça quando a vida exigia de mim um pouco mais do que parecia suportável ao homem.

Mas foram oito anos dedicados à atividade parlamentar, em que pude colher bons frutos. Aqui fiz grandes amizades e deixarei esta Casa com inesquecíveis lembranças.

Durante os meus mandatos, contei com o apoio imprescindível das autoridades de Governo e dos Secretários de Estado, sempre sensíveis às reivindicações que levava em benefício, sobretudo, do povo do Norte de Minas e do Jequitinhonha.

Nas passagens pelas comissões, pude conhecer de perto os problemas que afligem as diversas regiões do Estado. Dedicamos especial atenção aos projetos irrigados de Pirapora, Gorutuba e Jaíba, chamando a atenção para a necessidade de se promover a agricultura do Estado.

Tivemos oportunidade de discutir questões como a prostituição infantil, a segurança, a desapropriação da Barragem do Bico da Pedra - com a instalação de CPIs -; a necessidade da construção de barragens, a situação dos produtores de leite, de café e de carne. Também tivemos a oportunidade de dar boa parcela de contribuição na busca de soluções para os problemas de Minas.

Sempre procurei dispensar especial atenção a Janaúba, cidade promissora, que cresce em número e em perspectivas. Tenho carinho especial por aquela gente, pois foi lá que descobri a minha verdadeira vocação política. Quando Prefeito de Janaúba, tive a oportunidade e o privilégio de fazer uma administração marcada por grandes obras, como o aeroporto, a ponte ligando aquele município a Nova Porteirinha e a captação das águas da barragem, que, certamente, influenciaram as outras administrações.

Como Deputado, não deixei de dar o meu apoio à realização de importantes obras, que só agora estão se concretizando, a exemplo da instalação da rede de esgoto na cidade e do asfaltamento da ligação do DER de Janaúba com a Faculdade de Agronomia. Acompanhei e lutei pela construção da Escola Estadual Joaquim Maurício pela instalação da Unidade da UNIMONTES em Janaúba. Quero, nesta tribuna, deixar os meus agradecimentos, especialmente ao povo de Janaúba, do Norte de Minas, do Jequitinhonha, do Mucuri, enfim, a todo o povo de Minas.

Estou deixando esta Casa de maneira muito honrada, pois na busca da reeleição tive o privilégio de receber dos mineiros quase 42 mil votos. Isso demonstra que boa parcela do eleitorado mineiro se manifestou favoravelmente à continuação do meu trabalho nesta Casa. Levo de recordação as muitas homenagens que recebi em reconhecimento do meu trabalho. Foram diversos títulos de cidadão honorário, inúmeras medalhas de mérito legislativo. Tudo isso é muito gratificante para um homem público.

Quero desejar ao Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, total sucesso frente aos desafios que enfrentará, pois o povo brasileiro tem nele grande esperança de melhores dias. Ao Governador eleito, Aécio Neves, os votos de que consiga realizar grandes prodígios em Minas Gerais. Cumprimento ao nosso irmão, Presidente Antônio Júlio, por sua garra e determinação e pelo trabalho à frente desta Casa. Ao nosso companheiro de partido, Deputado Antônio Andrade, Líder do Governo, meus agradecimentos. Agradeço a todos os meus companheiros desta Casa, pela lealdade e companheirismo. Aos Deputados reeleitos e aos novos que chegarão a esta Casa, os meus votos de sucesso.

Quero, ainda, registrar os meus agradecimentos a todos aqueles que colaboraram para que a minha passagem por esta Casa deixasse profundas marcas, tanto na minha vida pessoal quanto na parlamentar. Em especial, deixo meus cumprimentos aos servidores desta Casa, assessores das Comissões - verdadeiros professores -, consultores, seguranças e diretoria, e à imprensa mineira, que tanto contribuiu para a evolução da democracia. Homenageio, de forma especial, o servidor efetivo Flávio Cardoso Aguiar, meu Chefe de Gabinete, que me acompanhou diuturnamente, dando suporte ao meu gabinete e sacrificando, muitas vezes, a sua vida pessoal e a sua carreira nesta Casa, para me oferecer, com grande zelo no cumprimento de suas tarefas, o apoio de que necessitava para desempenhar da melhor maneira possível o meu papel. Também agradeço a todos os que fizeram parte da minha assessoria de gabinete, que muito contribuíram para o nosso sucesso.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado, Deputado Dimas Rodrigues. A história marcou-me profundamente, mesmo antes de estar neste parlamento, pelo prazer de conhecer V. Exa, quando, pela primeira vez, nos encontramos em um estúdio para a gravação de um programa eleitoral. V. Exa. chegou com seu filho Rafael e, com a humildade que lhe é peculiar, incentivou-me e transmitiu-me confiança inabalável para que esta Casa me acolhesse. Há quatro anos, torci muito pela sua reeleição. Quis Deus e o destino que, durante estes anos, caminhássemos juntos. Convívios e mais convívios com V. Exa. - os mais puros, sublimes e respeitosos possíveis - com toda a sua família e os exemplares funcionários do seu gabinete.

Não gosto de falar em despedida, mas V. Exa., durante oito anos de brilhante trajetória nesta Casa, recebeu as mais variadas homenagens do povo mineiro. Quero que receba também a minha e saia desta Casa com o dever cumprido, como grande guerreiro e defensor de sua região, da sua querida Janaúba, pelos ensinamentos e, acima de tudo, pela retidão e pela firmeza de caráter nas diversas comissões de que participou. Foi um privilégio tê-lo como companheiro. Certamente o teremos de volta, por sua transparência, dedicação e expressiva votação - mais de 41 mil votos. Tenho a certeza absoluta de que V. Exa. é merecedor de estar à frente dos destinos do povo mineiro. Peço a Deus que ilumine V. Exa, sua família e sua trajetória e que seu exemplo seja lembrado por todos nós! Parabéns!

O Deputado Dimas Rodrigues - Quero agradecer ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva suas palavras. Considero V. Exa. um irmão, um companheiro leal e fiel. Parabéns pela sua reeleição! V. Exa. tem apresentado projetos brilhantes, todos aprovados, pois, realmente, é competente.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)\* - Deputado Dimas Rodrigues, estamos vendo uma prestação de contas do seu trabalho. Desnecessária, é verdade, pois todos os seus colegas, como também o povo da região onde vive, sabem da sua vida. E o que temos, como amigos, são débitos com V. Exa., porque trabalho nunca negou principalmente aos mais carentes de Janaúba e outras regiões.

Concordamos com o Deputado Dalmo quando diz que sua ausência no Plenário será pequena. Temos a certeza disso. Gostaria de dizer, caro Deputado Dimas Rodrigues, que sua família tem muito de que se orgulhar, pois V. Exa. fez um excelente trabalho, conseguiu muitas vitórias, e, não tenho dúvida, estaremos irmanados nas próximas.

Quero também aproveitar o aparte para falar um pouco do meu Presidente, Antônio Júlio. Conheci-o na Assembléia como Corregedor, como Deputado, Deputado de quatro mandatos, Deputado sério e coerente, com quem não tinha nenhuma convivência. No dia em que precisei bater à sua porta, nada pedi em troca. Eu o vi tomar atitudes de homem, atitudes de quem tem caráter, atitudes de pessoa que dá exemplo para Minas Gerais. Não quero falar ao Antônio Júlio Presidente, e sim ao Antônio Júlio amigo. Aliás, nem quero falar a Antônio Júlio, mas a sua esposa, filhos, irmãos e sobrinhas. Tenho transmitido a minha esposa e filhas quem ele é. Quero que saibam que naquela família está um benfeitor. Quero transmitir para minhas gerações o respeito que tenho por um homem de caráter, determinado e digno, a quem devo numerosos favores.

Peço que V. Exa. aceite minha amizade e a de minha família. Pode ter a certeza de que, sempre que precisar, baterei a sua porta para ouvir seus conselhos. Por meio de sua retidão, firmeza e caráter, aprendi muito na vida. Muito obrigado, meu grande amigo, Deputado Dimas Rodrigues.

O Deputado Dimas Rodrigues - Agradeço as palavras do Deputado Arlen Santiago, Deputado competente, grande defensor do Norte de Minas e de Minas Gerais. Esta Casa foi para mim uma verdadeira escola, onde os Deputados, os assessores e os seguranças se tornaram meus irmãos. Levo uma impressão maravilhosa dela.

Não poderia deixar de falar do José Cláudio Campos de Souza, meu grande amigo, que também fez parte de minha assessoria. É funcionário do Estado e muito contribuiu para que o meu gabinete se tornasse mais eficiente. Quero deixar meu abraço a todos e dizer de minha fidelidade a todos os funcionários e amigos que deixo nesta Casa. Mais uma vez, Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. pela garra, pela determinação e pela maneira de conduzir seu trabalho. Quero também cumprimentar meu Líder, Deputado Antônio Andrade, que, com muita competência e presteza, esteve à frente da Liderança do Governo.

Desejo a todos um feliz Natal, um 2003 com muita paz e saúde. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e todos os que nos ouvem.



\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Andrade - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Antônio Júlio; nobres colegas parlamentares do Colégio de Líderes desta Casa, Luiz Tadeu Leite, Líder da Maioria; Ermanno Batista, Líder da Minoria; Ivair Nogueira, Líder do PMDB, do Bloco Parlamentar Progressista; Alencar da Silveira Júnior, Líder do PDT; Sebastião Costa, Líder do PFL; Agostinho Silveira, Líder do PL; Luiz Fernando Faria, Líder do PPB; Miguel Martini, Líder do PSB; Antônio Carlos Andrada, Líder do PSDB; Durval Ângelo, Líder do PT; Arlen Santiago, Líder do PTB; Deputados e Deputadas, caros servidores desta Casa, senhoras e senhores, na honrosa condição de Líder do Governo nesta Casa, cumprindo a elevada missão a mim destinada pelo Exmo. Sr. Governador Itamar Franco, desejo fazer hoje uma breve síntese desse período parlamentar em que exerci a Liderança do Governo, referindo-me, especialmente, às conquistas e realizações concretizadas pelos Poderes Executivo e Legislativo em favor de Minas Gerais.

Como o Governo Itamar Franco tem, inquestionavelmente, uma dimensão histórica na vida nacional, quero dizer, em primeiro lugar, que Minas Gerais reconquistou, no passado recente, uma presença singular na definição dos rumos políticos de nosso País.

Digo mais: uma análise isenta e objetiva sobre a presença do Governador Itamar Franco no Palácio da Liberdade mostra que Minas Gerais polarizou como nunca a política brasileira nesse período, ao converter-se em trincheira de resistência e dique de contenção à avalanche neoliberal orquestrada pelo Governo da União.

Nosso Estado tornou-se o principal pólo aglutinador de resistência à política de esvaziamento e desmonte do Estado brasileiro. Assim, fez-se convergência e encontro das lutas e esperanças das forças políticas mais progressistas de nosso País.

Em todo esse processo, esta Assembléia Legislativa soube estar, politicamente, à altura da grandeza do momento histórico que vivemos. Esta Casa foi centro de debates, reflexões, iniciativas e decisões que sustentaram, no campo parlamentar, as corajosas tomadas de posições políticas do Chefe do Executivo mineiro.

Se Minas Gerais não se tivesse posicionado, desde a primeira hora do atual Governo, em franca oposição aos desígnios do Poder Federal, até então intocado e absoluto no espaço público nacional, poderia não haver sido constituído no Brasil, de forma amplamente majoritária, o ambiente de ampla consciência política que motivou o voto cidadão da mudança política e administrativa do País. Voto cidadão que conferiu à aliança eleita para comandar os destinos nacionais uma das mais consagradas manifestações das urnas exatamente em Minas Gerais e, de especial modo, na Capital dos mineiros. Voto cidadão que o Governador Itamar Franco liderou em Minas Gerais não somente para a sucessão presidencial, mas que decidiu, desde a primeira hora, a sua própria sucessão no Governo de Minas Gerais.

De fato, em 18/6/2002, o Governador Itamar Franco conclamou o Presidente da Câmara Federal, Deputado Aécio Neves, a ser candidato ao Governo do Estado.

No dia seguinte, 19 de junho, em solenidade realizada no Palácio da Liberdade, a candidatura Aécio Neves ganhava pela primeira vez o domínio público. Esse incondicional apoio eleitoral do Governador Itamar Franco ao Governador eleito Aécio Neves culminou no comício de Juiz de Fora, que marcou o encerramento da vitoriosa campanha dessa aliança política que consagrou o nome de Aécio Neves ainda no 1º turno.

Uma eleição cidadã que renova as esperanças de um futuro promissor para nosso Estado, com destacada presença na política nacional.

Como símbolo e emblema do Governo Itamar Franco em Minas Gerais, quero eleger, entre todas as iniciativas solidárias entre os Poderes Executivo e Legislativo do Estado, a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, que garante a manifestação cidadã, pelo plebiscito obrigatório, diante de qualquer iniciativa de privatização de empresas como a CEMIG e a COPASA. Essa é a letra constitucional que cria mecanismos de defesa dos interesses e dos bens públicos de nosso Estado.

Na área social, como educação e saúde, é importante destacar a dedicação do Governo do Estado e deste Poder Legislativo às demandas mais prementes desses setores.

Ficará para sempre nos anais da história educacional de Minas Gerais a realização de concurso público para o preenchimento de mais de 53 mil vagas na área da educação, do qual participaram mais de um milhão de candidatos.

O programa 'bolsa-escola', implantado pioneiramente no vale do Jequitinhonha, será - não temos dúvida - exemplo e modelo para as futuras administrações de Minas e do Brasil. Ainda na educação, conforta-nos lembrar os programas de obras escolares - mais de duas mil executadas - e os programas de capacitação de professores, incluindo o Projeto Veredas; o da Pré-Escola; o de Revitalização das Bibliotecas Públicas.

Minas pôde voltar a respirar sua própria cultura no Governo Itamar Franco, e o grande Hotel do Barreiro de Araxá, em parceria com a COMIG, com a livre iniciativa, voltou a integrar o circuito mais seletivo do turismo nacional, com importantes investimentos de restauração ali realizados.

O campo sensível e desafiador da estrutura fundiária - em que urge ser formulado novo projeto nacional para viabilizar a modernização da sociedade brasileira - recebeu, no Governo Itamar Franco, tratamento de prioridade máxima, sem que praticamente nenhum conflito se estabelecesse no mundo rural. Essa política de Governo culminou na criação do ITER - Instituto da Terra, com pleno apoio parlamentar.

Evoco meu testemunho pessoal da atenção dada pelo Governo Itamar Franco ao serviço público estadual. Numa quadra em que o esvaziamento estatal contribuiu, em todo o País, para o questionamento aberto ou para realimentar uma visão preconceituosa dos serviços públicos, em Minas Gerais - ao contrário - a valorização do servidor público se afirmou na própria defesa que o Governo fez das instituições do Estado.

Esse respeito institucional é um marco desse período, no qual a Assembléia Legislativa teve um desempenho excepcional, como ocorreu na discussão e aprovação do novo sistema previdenciário de Minas Gerais, em reforma modelar. Cabe ainda lembrar a participação legislativa na regularização da função pública e na ampliação de numerosas carreiras, apoiando iniciativas do Poder Executivo.

Ainda agora, na ampla articulação política e administrativa para assegurar o pagamento do 13º salário ao funcionalismo estadual, o Governador Itamar Franco deu, concretamente, mais uma demonstração do elevado apreço que devota ao servidor público.

Lideranças de expressão, incluindo a reconhecida participação do Governador eleito Aécio Neves, mobilizaram-se em torno dessa determinação do Governador Itamar Franco, que não queria legar ao seu sucessor o ônus recebido do Governo anterior, deixando de honrar o mesmo pagamento.

Minas Gerais reassumiu, de fato e de direito, durante o Governo Itamar Franco, sua posição de primeira grandeza na Federação brasileira.

Por sinal, havia muito a nação não experimentava, tão intensamente, a força de um Estado, quando seu legítimo representante, na chefia do Poder Executivo, exerce na plenitude o mandato constitucional que lhe foi outorgado pelo próprio povo. Mas esse não foi um exercício isolado de poder, nem poderia sê-lo. O parlamento de Minas acompanhou, passo a passo, como afirmei e o sabemos todos, as ações político-administrativas do Governador Itamar Franco, dando-lhes sustentação sob todos os aspectos legislativos e políticos. E essa linha de trabalho, fundada em mútuo e elevado entendimento entre o Executivo e o Legislativo, continua a ser seguida no período final de Governo.

Há poucos dias, na área emblemática da energia elétrica, em que, além da reconquista do controle acionário da CEMIG, o Estado soube sustar, pela mobilização política, a alienação das Centrais Hidrelétricas de Furnas, o Governador Itamar Franco inaugurou a Hidrelétrica do Funil - Usina Engenheiro José Mendes Júnior -, construída no tempo recorde de 27 meses, megaprojeto energético que associa a CEMIG à iniciativa privada, em consórcio com a Companhia Vale do Rio Doce.

Aí está, nascente e em construção, a Hidrelétrica de Irapé - Usina Presidente JK. Sei do empenho do Governador Itamar Franco nesse projeto, exatamente por representar um instrumento estratégico para a tão sonhada "redenção do vale", desse Jequitinhonha tão rico em valores humanos e culturais e tão sofrido em sua dimensão social e econômica.

Com a barragem mais alta do País, uma altura de 200m, Irapé, a maior e mais importante usina implantada no Jequitinhonha, localizada na divisa de Berilo e Grão-Mogol, terá potência para abastecer 1 milhão de consumidores, gerando 5 mil empregos diretos e indiretos em sua construção, com investimentos de R\$600.000.000,00, dos quais o Estado aplicará diretamente R\$90.000.000,00.

A associação com a iniciativa privada em numerosos empreendimentos hidrelétricos, como o de Funil, é a prova maior de que em nenhum momento a defesa dos mais altos interesses públicos, nacionalmente liderada por S. Exa., excluiu a legítima parceria e participação do setor privado ou a atração de investimentos nacionais e internacionais.

Como resultado, nos últimos quatro anos, em conjuntura reconhecidamente desfavorável no plano interno e no cenário externo, os novos investimentos produtivos definidos para Minas Gerais somaram R\$12.000.000.000,00, importância que corresponde praticamente ao orçamento anual do Estado, da ordem de R\$13.000.000.000,00.

Mecanismos de apoio ao crescimento econômico e à geração de renda e emprego foram criados e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais foi relançado, com recursos do SOMMA, em sua função primordial de fomento econômico e social. Com seu patrimônio quintuplicado, o BDMG realizou investimentos da ordem de R\$200.000.000,00, distribuídos por 400 municípios mineiros.

A probidade e a austeridade na condução da administração pública estadual permitem hoje ao Governador Itamar Franco somar à sua extensa e invejável folha de serviços prestados ao Brasil e a Minas Gerais reconhecido êxito na difícil tarefa de manter sob controle o déficit orçamentário do Estado.

Encontrando uma situação falimentar das finanças estaduais, com um déficit primário superior a R\$1.000.000.000,00, o Governador Itamar Franco manteve sob controle a folha de pagamento, que somava R\$9.600.000.000,00 em 1998, contra os atuais R\$9.300.000.000,00, alcançando uma redução de 2,4% nesse período. E esse controle foi mantido, mesmo com os reajustes concedidos a categorias específicas, tendo em vista a manutenção da eficiência na prestação dos serviços públicos.

Além de cobrir os custos de uma pesada dívida herdada do passado, o Tesouro Estadual teve de enfrentar a redução das transferências federais, que caíram de R\$3.500.000.000,00 em 1998, para praticamente R\$3.000.000.000,00 no ano passado. A essa perda de recursos federais acrescentam-se as da Lei Kandir, estimadas em R\$700.000.000,00 por ano. Nessa conjuntura de adversidades e de plena crise econômica, o Governo Itamar Franco soube realizar um esforço concentrado para expandir a arrecadação tributária e controlar os gastos públicos, mantendo a eficiência da máquina pública, assegurando o pagamento da folha salarial e negociando com o Governo Federal em condições vantajosas para Minas Gerais. São razões maiores, de natureza política e administrativa, que fazem sentir, nesta hora, a importância sem par para Minas Gerais e para o próprio País, da histórica administração realizada pelo Governador Itamar Franco.

Não posso deixar de expressar também os meus agradecimentos e reconhecimento aos servidores desta Casa. Graças à sua elevada capacidade técnica e profissional, foi possível o aprimoramento de numerosos projetos com idéias e soluções criativas. Pela sua dedicação, quero agradecer especialmente ao trabalho desenvolvido pela equipe do meu gabinete parlamentar e pela equipe da assessoria especial, que me acompanharam durante estes anos.

Quero expressar o mais sincero reconhecimento em termos suprapartidários aos nobres colegas Deputados Estaduais de Minas Gerais, filiados à Maioria ou militando na Oposição. Neles encontrei, em todo o momento, a lealdade no gesto e a solidariedade na conduta parlamentar. Quando estiveram em jogo os superiores interesses do Estado, jamais se negaram a ouvir razões ou a rever posições, formando consensos voltados para a defesa e a prevalência dos interesses coletivos. Essa lição se incorpora para sempre à minha vivência parlamentar nesta Casa.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)\*- Parabenizo-o por seu pronunciamento. O Governador Itamar Franco foi muito feliz na escolha de um Líder como V.Exa. Os projetos e avanços obtidos por Minas Gerais nesta Casa têm o bastão do Deputado Antônio Andrade. Ressalto, ainda, as ações do Governo Itamar Franco.

Agradeço, de público, à minha cidade e região. V.Exa. levou ao Executivo as nossas solicitações, como o apoio à UNIMONTES, mola propulsora do desenvolvimento regional. A questão de nossa Usina de Irapé, redenção do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha, também foi conduzida por V.Exa. Com muita luta, vencemos essa etapa nesta Casa.

O saneamento básico de Montes Claros, outro exemplo louvável, contou com sua ajuda. Não tenho dúvidas de que V.Exa. conseguiu transportar a tranqüilidade desta Casa ao Governo. Os projetos de interesse do Estado foram objeto de acordos, trabalhados por vários dias e chegados a consenso voltado para aprimoramento de Minas Gerais. Falo em meu nome e no da Bancada do PPB. Mais uma vez, digo que tive a honra, ao ser convidado por V.Exa. e pelo Governador Itamar Franco, de ser um humilde Vice-Líder, o que levarei para meu currículo para o resto da vida, com a alma engrandecida.

Parabenizo-o, mais uma vez, pela liderança perante o Governador, o ex-Presidente Itamar Franco, estadista que, quando Presidente da República e agora, com toda a dificuldade, trouxe avanços ao Governo de Minas Gerais. Saudação especial também a José Pedro, Secretário da Casa Civil, a Henrique Hargreaves, a Djalma Moraes, Presidente da CEMIG, entre outros com quem temos relacionamento próximo, os quais fizeram com que o Estado caminhasse em direção ao futuro, à melhor qualidade de vida para o povo. Parabenizo-o, ainda, pelo trabalho como grande Líder, que deixará história nesta Casa.

O Deputado Antônio Andrade\* - Agradeço as palavras do Deputado Gil Pereira, que, como Vice-Líder, sempre foi leal companheiro, trabalhador,

lutador, muito contribuiu para o andamento dos trabalhos da Liderança. Agradeço-lhe a lealdade, o compromisso, o espírito de liderança.

Fez muito bem de lembrar-se do secretariado de Estado, que muito ajudou, principalmente o Secretário da Casa Civil, que não dificultou a condução da Liderança neste parlamento.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Gostaria de parabenizá-lo e dizer que o Governador Itamar Franco teve lucidez quando o escolheu para o Líder nesta Casa. V. Exa., no período em que assumiu a Liderança do Governo, conseguiu agradar a todos, contrariando um ditado antigo, que diz ser humanamente difícil administrar alguma coisa sem trazer aborrecimento a algum grupo. V. Exa. fez com que todos nós, neste final de legislatura, reconhecêssemos seu trabalho sincero e honesto. Foi sempre um homem de palavra, um amigo.

Peço permissão a V. Exa. para dirigir-me, em nome do PFL, ao nosso Presidente, Deputado Antônio Júlio, e dizer-lhe: Presidente Antônio Júlio, diz uma frase de John Kennedy, que está agora ao lado de Deus: "Ainda não aprendi a maneira correta de governar, mas já aprendi a maneira certa de errar - querer agradar a todos ao mesmo tempo". V. Exa. é um herói, é a visão maior desta Casa. Em nome do PFL, fica o reconhecimento pela atitude de colocar-se como nosso paredão, o homem que, para ser mais popular, recebeu todos os trancos, durante os últimos dois anos. Parabéns! Foi um grande prazer conhecê-lo e participar de sua amizade. O mesmo digo a V. Exa., como Líder, Deputado Antônio Andrade. Obrigado.

O Deputado Antônio Andrade\* - Obrigado, Deputado Alberto Bejani. Mesmo com as divergências, muito somou no aprimoramento dos projetos encaminhados a esta Casa. Agradeço a contribuição que o PFL deu, buscando melhorar os projetos que aqui chegaram, em benefício do povo mineiro.

"Não posso encerrar sem fazer um registro e um agradecimento especial ao Presidente Antônio Júlio. Sem seu apoio e sua firme disposição de trabalhar em benefício do povo mineiro, minha atuação na Liderança do Governo teria sido impossível. Registro, em meu nome e em nome do Poder Executivo, nosso reconhecimento e gratidão ao Presidente Antônio Júlio."

O Deputado Amilcar Martins (em aparte)\* - Caro Deputado Antônio Andrade, reitero o que já afirmei ontem desta tribuna. Tivemos, ao longo de quatro anos, momentos de enfrentamento duro, de debate acirrado, como convém à democracia, que pressupõe o contraditório e estabelece que quem perde a eleição vai para a oposição fiscalizar quem ganhou. Reafirmo publicamente meu enorme respeito pessoal por V. Exa.

Gostaria de acreditar que fomos capazes de manter o debate no plano das idéias, onde se briga - e se pode brigar - de maneira absoluta e muito acirrada, mas se preservam as relações pessoais e o respeito mútuo. V. Exa. demonstrou espírito conciliador, capacidade de liderança na árdua tarefa de ser Líder de um Governo do qual tenho uma visão extremamente crítica; soube conciliar e aglutinar interesses e posições na Assembléia para que os grandes projetos, em defesa dos interesses do povo de Minas Gerais, fossem votados por todos nós.

Quero cumprimentar V. Exa. e, mais uma vez, reiterar meu respeito e, mais do que isso, meu apreço pessoal a V. Exa. pelo seu posicionamento e por sua pessoa, homem de bem e correto que V. Exa. é.

O Deputado Antônio Andrade\* - Muito obrigado, pelas palavras, Deputado Amilcar Martins.

Em outras oportunidades, pude reafirmar também o apreço que tenho por V. Exa. Tivemos momentos em que discutimos idéias e pontos de vista divergentes, mas com grande respeito. Mesmo em momentos de uma CPI em que V. Exa. tinha posicionamentos contrários ao que eu pensava, mantivemos o respeito e, a partir daquele momento, passei a admirá-lo por sua posição firme, mas sempre respeitosa e de defesa dos interesses maiores do nosso Estado. Reafirmo mais uma vez, o grande respeito e a admiração que tenho por V. Exa.

Eis porque a Liderança do Governo, ao manifestar seu público agradecimento ao corpo parlamentar e de forma direta ao Governador do Estado, deseja deixar consignado nos anais desta Casa legislativa o testemunho de que o Estado soube honrar, com Itamar Franco no Palácio da Liberdade, os compromissos maiores com o povo mineiro, com a sociedade brasileira, com os valores da ética e da probidade administrativa e com a causa democrática e republicana de nossa Pátria."

Neste momento, gostaria de agradecer a todos por me terem facilitado a condução dessa Liderança. Quero dizer, de coração, por ter contado, em todos os momentos, tanto com os partidos que compõem a Liderança deste Governo, como também com os da Oposição, na busca desses entendimentos maiores em defesa do nosso Estado. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores, funcionários da Casa e pessoal das galerias, em rápidas palavras, quero falar de três assuntos importantes. Inicialmente, a situação dos hospitais de nosso Estado. Estamos acompanhando os momentos difíceis de nossos hospitais. Alguns dos nossos hospitais universitários já estão fechando as suas portas, prejudicando o atendimento ao povo, principalmente àqueles de menor condição econômica. Essa situação também prejudica o estudo dos jovens universitários das cidades onde esses hospitais estão agonizando.

Os hospitais filantrópicos que trabalham com o SUS e têm a demanda de serviço aumentada pela carência, pelo sofrimento e pela doença que aumenta no povo brasileiro não têm tido concomitantemente o aumento das suas AIHs nem das tabelas de pagamento das prestações de serviço. Com isso, o déficit aumenta e está levando a situações de inviabilidade da continuação dos seus trabalhos.

Isso acontece com os hospitais públicos também. Deixamos essa denúncia para reflexão do novo Governo Estadual, com Aécio Neves, e do novo Governo Federal, com Luiz Inácio Lula da Silva. Esperamos, confiamos e aguardamos que esses governantes tenham mais sensibilidade com a saúde do povo, com os órgãos prestadores de serviço e com as pessoas que trabalham nessa área. Assim, poderemos amenizar essa situação caótica por que passa o sistema de saúde.

Hoje, conversando com o prudente e equilibrado jornalista Eliseu Lopes, do jornal "Hoje em Dia", que nos dá cobertura, solicitei a sua retratação, pois, com o título "Manobra Pode Beneficiar 23", publicou que a Emenda nº 3, votada ontem, pode beneficiar 23 Deputados da Casa, colocando-me como funcionário público. Isso não é verdade. Não sei de quem o jornal recebeu essa informação. Sem desmerecer a questão, solicito ao responsável a retratação, pois não sou funcionário público. Peço que fique registrado nos anais da Casa que o jornal "Hoje em Dia" publicou essa informação.

O Projeto nº 1.945/2002, de minha autoria, veio alterar a Lei nº 13.694, de 1º/9/2000, também de minha autoria. Esse projeto foi criado para corrigir um parágrafo dessa lei, a fim de proporcionarmos mais tranquilidade aos ex-funcionários da MinasCaixa.

Estamos a poucos dias do encerramento desta legislatura. Foram quatro anos de muito trabalho, de votações decisivas, de muitos temas polêmicos e de investigações proveitosas em CPIs que trouxeram conclusões de grande relevo para a vida dos cidadãos.

Tive a felicidade de apresentar projetos que representaram mudanças importantes para o funcionalismo público, como o que citei, que resultou no acordo para o restabelecimento da vantagem pessoal dos servidores da extinta MinasCaixa, e outros que repercutiram no bem-estar e na saúde dos mineiros, como o que prevê a classificação do grupo sanguíneo e do fator RH, juntamente com o chamado teste do pezinho.

O primeiro veio corrigir uma distorção ocorrida por ocasião do fechamento da MinasCaixa, que prejudicou quase 5 mil famílias de abnegados servidores, muitos dos quais adoeceram e até faleceram em consequência dos problemas resultantes das dificuldades financeiras que passaram a enfrentar. O acordo não apenas beneficiou os servidores, como também pôs fim a inúmeras pendências judiciais envolvendo o Estado e resolveu amigavelmente ações em que o poder público já pensava estar vencido, proporcionando também uma sensível economia ao erário público.

O outro projeto facilitou o socorro médico em casos de urgência e emergência, especialmente naqueles casos em que se torna necessária a transfusão de sangue. Classificados, desde os primeiros dias de vida, o grupo sanguíneo e o fator RH, a transfusão será feita mais rapidamente, salvando-se muitas vidas.

Tranqüiliza-me também ter apresentado o projeto de lei que possibilitou a renegociação das dívidas com instituições financeiras extintas, como a MinasCaixa, o BEMGE e o CREDIREAL, o que resolveu a situação financeira de muitos mineiros.

Muitos pequenos produtores rurais, vários pequenos empresários e também pessoas físicas puderam saldar seus compromissos - e ainda podem fazê-lo -, o que regularizou sua ficha cadastral e permitiu-lhes restabelecer o crédito, tão necessário na vida de todos nós.

Na tramitação desses e dos outros vários projetos de minha autoria durante o mandato que termina, recebi grande apoio, que quero, neste momento, agradecer.

Sou grato - e muito grato - ao Governador Itamar Franco, que, sempre zeloso dos interesses de Minas, soube entender o alcance das proposições que daqui partiram para a sua sanção. Quero aqui abrir um parêntese para dizer que a solução do problema da MinasCaixa era uma promessa de campanha do Governador Itamar Franco, e, com nosso trabalho e o apoio desta Casa, conseguiu realizá-la.

Agradeço ao Secretário do atual Governo, sensível às grandes causas do povo mineiro; à Mesa, aos nobres Deputados e Deputadas, com quem tive o privilégio de conviver nestas lides parlamentares, pela cordialidade e o respeito que pautaram os nossos trabalhos - sou-lhes muito grato -; a todos os servidores deste Legislativo e do Executivo, em suas várias secretarias, sempre solícitos e atenciosos; à minha assessoria e aos cidadãos destas Minas que acompanharam, nas galerias, nos gabinetes, por cartas ou pelo correio eletrônico, os trabalhos deste parlamentar. Dedico a todos a minha admiração e gratidão.

Quero agradecer também aos veículos de comunicação, que nos permitem levar ao cidadão de todos os recantos do Estado o trabalho de seus representantes.

Quero, desde já, desejar um feliz Natal a todos e um próximo ano repleto de venturas, conquistas e progresso.

Encerro dizendo que minha emenda ao Projeto de Lei nº 1.945, a qual votamos ontem, veio para trocar o nome de vantagem pessoal, na lei anterior, pela denominação de parcela de diferença do vencimento, para a Fazenda e a Procuradoria do Estado, uma vez que não era vantagem pessoal, mas, sim, o próprio salário do servidor.

A todos vocês, meus agradecimentos pela convivência neste mandato e meus votos de muito sucesso. Obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/12/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Paulo Pettersen

exonerando, a partir de 30/12/2002, Kênia Cristina de Vasconcelos Caxito Costa do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

## ERRATA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2002

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 27/12/2002, na pág. 22, col. 2, no título e na terceira linha do texto, onde se lê:

"Nº 3/2002", leia-se:

"Nº 4/2002".